

UFSM-RS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Assistente em Administração

EDITAL Nº50 - PROGEP/UFSM, DE 11 DE JULHO DE 2025

CÓD: SL-041JL-25
7908433279709

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitar.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço editorasolucao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (conforme foto ao lado).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o **bônus**.



Este material segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Todos os direitos são reservados à Editora Solução, conforme a Lei de Direitos Autorais (Lei Nº 9.610/98). É proibida a venda e reprodução em qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem a permissão prévia da Editora Solução.

PIRATARIA É CRIME !



COMO PASSAR EM CONCURSOS PÚBLICOS

Bem-vindo à sua jornada de preparação para concursos públicos! Sabemos que o caminho para a aprovação pode parecer longo e desafiador, mas com a estratégia certa e um planejamento adequado, você pode alcançar seu objetivo. Nesta seção, oferecemos um guia abrangente que aborda todos os aspectos essenciais da preparação, desde a escolha do concurso até a aprovação final.

✓ PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

O sucesso em concursos públicos começa com um planejamento bem estruturado. Aqui estão algumas dicas para ajudar você a dar os primeiros passos:

- **Escolha do Concurso Certo:** Identifique qual concurso é mais adequado para o seu perfil e seus objetivos de carreira. Leve em consideração suas habilidades, interesses e as exigências do cargo.



- **Cronograma de Estudos:** Crie um cronograma que distribua o tempo de estudo de forma equilibrada entre todas as disciplinas. Considere o tempo disponível até a prova e estabeleça metas de curto, médio e longo prazo.

- **Definição de Metas:** Estabeleça metas claras e alcançáveis para cada etapa da sua preparação. Por exemplo, dominar um tópico específico em uma semana ou resolver um número determinado de questões por dia.

✓ ESTRATÉGIAS DE ESTUDO

A forma como você estuda é tão importante quanto o conteúdo que você estuda. Aqui estão algumas estratégias eficazes:

- **Leitura Ativa:** Leia o material com atenção e faça anotações. Substitua a leitura passiva por uma abordagem mais interativa, que envolva a síntese do conteúdo e a criação de resumos.

- **Revisão Espaçada:** Revise o conteúdo de forma sistemática, utilizando intervalos regulares (dias, semanas e meses) para garantir que a informação seja consolidada na memória de longo prazo.

- **Mapas Mentais:** Use mapas mentais para visualizar e conectar conceitos. Esta técnica facilita a compreensão e a memorização de tópicos complexos.

- **Gerenciamento de Diferentes Disciplinas:** Adapte suas técnicas de estudo para lidar com diferentes tipos de disciplinas, como exatas, humanas ou biológicas. Cada matéria pode exigir uma abordagem específica.

✓ GESTÃO DO TEMPO

Uma das habilidades mais cruciais para quem estuda para concursos é a capacidade de gerenciar o tempo de forma eficaz:

- **Divisão do Tempo:** Divida seu tempo de estudo entre aprendizado de novos conteúdos, revisão e prática de questões. Reserve tempo para cada uma dessas atividades em seu cronograma.
- **Equilíbrio entre Estudo e Lazer:** Para manter a produtividade, é essencial equilibrar o tempo dedicado aos estudos com momentos de descanso e lazer. Isso ajuda a evitar o esgotamento e a manter a motivação alta.

✓ MOTIVAÇÃO E RESILIÊNCIA

Manter a motivação ao longo de meses ou até anos de estudo é um dos maiores desafios. Aqui estão algumas dicas para ajudá-lo a manter-se firme:

- **Superação da Procrastinação:** Identifique os gatilhos que levam à procrastinação e crie estratégias para enfrentá-los, como dividir tarefas grandes em etapas menores e mais gerenciáveis.
- **Lidando com Ansiedade e Estresse:** Utilize técnicas de relaxamento, como meditação, exercícios físicos e pausas regulares, para manter o bem-estar mental e físico.
- **Manutenção da Motivação:** Defina pequenas recompensas para si mesmo ao atingir suas metas. Lembre-se constantemente do seu objetivo final e das razões pelas quais você decidiu se preparar para o concurso.

À medida que você avança nessa jornada desafiadora, lembre-se de que o esforço e a dedicação que você coloca nos seus estudos são os alicerces para o sucesso. Confie em si mesmo, no seu processo, e mantenha a perseverança, mesmo diante dos obstáculos. Cada pequeno passo que você dá o aproxima do seu objetivo. Acredite no seu potencial, e não se esqueça de celebrar cada conquista ao longo do caminho. A Editora Solução estará com você em cada etapa dessa jornada, oferecendo o apoio e os recursos necessários para o seu sucesso. Desejamos a você bons estudos, muita força e foco, e que a sua preparação seja coroada com o sucesso merecido. Boa sorte, e vá com confiança em direção ao seu sonho!

Bons estudos!



Língua Portuguesa

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo(s) do texto, temática, ideia principal e ideias secundárias;ponto de vista argu- mentos, estrutura composicional	9
2. Significação de palavras e expressões em contexto.....	11
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referência e sequenciação, operadores argumen- tativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação	15
4. Vozes no texto: discurso citado e discurso relatado	17
5. Processos de formação de palavras	19
6. Emprego das classes de palavras	24
7. Organização do período simples e do período composto; colocação dos termos na oração e das orações no período....	32
8. Concordância verbal e nominal	36
9. Regência nominal e verbal (crase)	38
10. Pontuação.....	40

Legislação

1. Constituição da república federativa do brasil de 1988 e suas respectivas emendas.....	51
2. Lei nº 8.112, De 11 de dezembro de 1990 - regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais e suas alterações	61
3. Lei nº 8.429, De 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 Da constituição federal; e dá outras providências. (Redação dada pela lei nº 14.230, De 2021) e suas alterações.....	86
4. Decreto nº 1.171, De 22 de junho de 1994. Aprova o código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal e suas alterações	103
5. Lei nº 12.527, De 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso xxxiii do art. 5º , no inciso ii do § 3º do art. 37 E no § 2º do art. 216 Da constituição federal; altera a lei nº8.112, De 11 de dezembro de 1990; revoga a lei nº 11.111, De 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei nº8.159, De 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências e suas alterações	105
6. Decreto nº 7.724, De 16 de maio de 2012. Regulamenta a lei nº 12.527, De 18 de novembro de 2011, que dispõe so- bre o acesso a informações previsto no inciso xxxiii do caput do art. 5º , no inciso ii do § 3º do art. 37 E no § 2º do art. 216 Da constituição e suas alterações	112
7. Lei nº 13.146, De 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) e suas alterações.....	123
8. Lei nº 13.460, De 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos servi- ços públicos da administração pública e suas alterações	141
9. Decreto nº 9.094, De 17 de julho de 2017. Regulamenta dispositivos da lei nº 13.460, De 26 de junho de 2017 , dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o cadastro de pessoas físicas - cpf como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no país e institui a carta de serviços ao usuário. (Redação dada pelo decreto nº 9.723, De 2019) e suas alterações.....	145
10. Lei nº 13.709, De 14 de agosto de 2018. Lei geral de proteção de dados pessoais (Lgpd).(Redação dada pela lei nº 13.853, De 2019) e suas alterações	148
11. Lei nº 14.129, De 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o governo digital e para o aumento da eficiência pública e altera a lei nº 7.116, De 29 de agosto de 1983, a lei nº 12.527, De 18 de novembro de 2011 (lei de acesso à informação), a lei nº 12.682, De 9 de julho de 2012, e a lei nº 13.460, De 26 de junho de 2017 e suas alterações.....	162

12. Estatuto da universidade federal de santa maria, aprovado pela portaria 156 do ministério da educação, de 12 de março de 2014, alterado pelas resoluções nº 023/2016; nº 037/2016; nº 016/2017; nº 056/2021; nº 111/2022; nº 135/2023 e nº 157/2024 e suas alterações	170
13. Regimento geral da universidade federal de santa maria. Anexo da resolução nº 016/2019, de 02/07/2019, alterado pelas leis nº 12.772/2012 E lei nº 12.863/2013 E pelo decreto nº 9.725, De 12/03/2019. Alterado pelas resoluções ufsm nº 008/2011; nº 021/2011; nº 030/2011; nº 043/2011; nº 029/2012; nº 016/2013; nº 018/2013; nº 038/2013; nº 022/2014; nº 001/2015; nº 022/2015; nº 002/2016; nº 008/2016; nº 019/2016; nº 023/2016; nº 027/2016; nº 038/2016 n. 014/2017; Nº 015/2017; nº 016/2017; nº 019/2017; nº 021/2017; nº 036/2017; nº 016/2018; nº 017/2018; nº 016/2020; nº 039/2021; nº 041/2021; nº 044/2021; nº 078/2022; nº 093/2022, nº 104/2022; nº 111/2022; nº 122/2023; nº 134/2023; nº 152/2024 e nº 172/2024 e suas alterações.....	182
14. Lei nº 13.140, De 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares com o meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a lei nº 9.469, De 10 de julho de 1997, e o decreto nº 70.235, De 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da lei nº 9.469, De 10 de julho de 1997 e suas alterações.....	214
15. Lei nº 12.288, De 20 de julho de 2010. Institui o estatuto da igualdade racial; altera as leis nos 7.716, De 5 de janeiro de 1989, 9.029, De 13 de abril de 1995, 7.347, De 24 de julho de 1985, e 10.778, De 24 de novembro de 2003 e suas alterações.....	218
16. Resolução ufsm nº 064, de 03 de novembro de 2021. Disciplina a política de igualdade de gênero da universidade federal de santa maria (ufsm) e suas alterações.....	225

Conhecimentos Específicos Assistente em Administração

1. Noções de administração pública	235
2. Gestão de processos	238
3. Gestão de projetos.....	240
4. Gestão de riscos.....	240
5. Gestão de pessoas	243
6. Governança.....	245
7. Ética e integridade	247
8. Administração de materiais	248
9. Conflitos e mediação	255
10. Atendimento ao público	255
11. Funções da administração: planejamento, organização, direção e controle	257
12. Orçamento público; princípios orçamentários.....	258
13. Ciclo orçamentário.....	260
14. Orçamento segundo a constituição federal de 1988	261
15. Plano plurianual - ppa, lei de diretrizes orçamentárias - ldo e lei orçamentária anual - loa.....	267
16. Receita pública; despesa pública	269
17. Controle e prestação de contas no setor público	271
18. Constituição da república federativa do brasil de 1988 e suas respectivas emendas (artigos 18 a 43) organização do estado; da administração pública	276
19. Princípios da administração pública	291
20. Atos administrativos	294
21. Lei nº 9.784, De 29 de janeiro de 1999 - processo administrativo no âmbito da administração pública federal, e suas alterações.....	305

22. Lei nº 14.133/2021 - Lei de licitações e contratos, e suas alterações	311
---	-----

Sistemas de Informação

1. Definição de sistemas de informação. Tipos de sistemas de informação (sistemas de processamento de transações, sistemas de apoio à decisão, sistemas de informação executiva, sistemas de gestão empresarial, sistemas de gestão de relacionamento com o cliente). Ciclo de vida de um sistema de informação. Impacto dos sistemas de informação nas organizações	331
2. Modelagem de processos de negócio usando bpmn (business process model and notation).....	332
3. Sistemas de gestão empresarial (erp - enterprise resource planning). Sistemas de gestão de relacionamento com o cliente (crm - customer relationship management)	335
4. Segurança da informação. Conceitos básicos de segurança da informação. Criptografia. Certificação digital. Assinatura digital. Segurança, golpes e ataques na internet. Riscos e proteções contra vírus, malware e phishing.....	337
5. Banco de dados. Conceitos de banco de dados. Modelagem de dados. Definição de tabelas, colunas e chaves primárias. Relações entre tabelas (relacionamentos). Normalização de dados.....	342
6. Aplicativo: edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente microsoft office)	350

Raciocínio lógico-matemático

1. Lógica. Proposições lógicas. Conectivos lógicos e operações lógicas. Implicação lógica e equivalência lógica. Tabelas-verdade. Linguagem corrente e linguagem simbólica. Quantificadores	393
2. Argumentos lógicos dedutivos. Argumentos categóricos. Validade de argumentos com quantificadores.....	399
3. Conjuntos numéricos e aplicações. Números naturais. Números inteiros. Números racionais. Números irracionais. Números reais. Fração	403
4. Álgebra de conjuntos: operações com conjuntos numéricos	414
5. Problemas envolvendo quantidades finitas	417
6. Proporção e aplicações. Escalas	420
7. Regra de três simples e composta	424
8. Estatística. Quadros e tabelas. Gráficos (tipos e interpretação). Medidas de tendência central. Interpretação de dados estatísticos	425
9. Análise combinatória e probabilidade. Análise combinatória. Regra da soma e regra do produto. Permutações. Arranjos. Combinações. Cálculo de probabilidades.....	432
10. Sequências. Padrões numéricos. Padrões não numéricos. Progressões aritmética e geométrica.....	437
11. Matemática financeira. Porcentagem . Operações financeiras. Sistema de capitalização simples. Sistema de capitalização composta. Descontos	440
12. Geometria plana. Visualização geométrica. Área de figuras planas	443
13. Geometria espacial.Volume de sólidos	446

Redação Oficial

1. Redação oficial: aspectos gerais, conceito, pronomes de tratamento, atributos e formatação de documentos oficiais; padrão ofício: memorando e ofício; comunicação oficial: ata, correio eletrônico e relatório	455
2. Processo eletrônico nacional (pen)	464
3. Elementos de ortografia, de gramática e expressões em latim comuns na redação oficial.....	465

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA DE GÊNEROS TEXTUAIS: OBJETIVO(S) DO TEXTO, TEMÁTICA, IDEIA PRINCIPAL E IDEIAS SECUNDÁRIAS; PONTO DE VISTA ARGUMENTOS, ESTRUTURA COMPOSICIONAL

Introdução aos gêneros textuais e sua importância

A leitura eficiente de gêneros textuais é uma competência exigida em diversos concursos públicos, pois está diretamente relacionada à habilidade de interpretar e analisar textos em diferentes situações comunicativas. Um gênero textual pode ser compreendido como uma forma relativamente estável de enunciado, socialmente reconhecida, que se organiza segundo determinadas finalidades comunicativas, estilos e estruturas. Cartas, artigos de opinião, crônicas, propagandas, editoriais, notícias, leis, receitas, e-mails e tantos outros são exemplos de gêneros com funções específicas em nossa sociedade.

Na perspectiva da linguística textual, especialmente na obra de Bakhtin, os gêneros são moldados por fatores como a situação de produção, o público-alvo, os objetivos comunicativos e a tradição cultural. Em provas de concurso, a leitura desses textos requer uma análise integrada de aspectos semânticos, discursivos e estruturais. Para isso, é essencial saber identificar com clareza: o objetivo do texto, a temática, a ideia principal e as secundárias, o ponto de vista do autor, os argumentos utilizados e a estrutura composicional do gênero em questão.

Objetivo do texto e temática

O objetivo do texto refere-se à intenção comunicativa de quem escreve ou fala. Pode ser informar, convencer, entreter, instruir, relatar, alertar, entre outros. Em concursos, identificar esse objetivo é fundamental para responder corretamente a questões de interpretação. Por exemplo:

- Uma notícia busca informar sobre um fato;
- Um artigo de opinião visa convencer o leitor a adotar determinado ponto de vista;
- Uma piada ou crônica humorística pretende divertir.

A temática, por sua vez, corresponde ao assunto abordado. É o recorte da realidade que o texto escolhe tratar. Por exemplo, em uma crônica sobre o uso de celulares em restaurantes, a temática pode ser a alienação digital, as mudanças de comportamento social ou o excesso de tecnologia no cotidiano.

Reconhecer o objetivo e a temática permite ao leitor posicionar-se adequadamente diante do texto, compreendendo melhor sua estrutura e função.

Ideia principal e ideias secundárias

A ideia principal é a mensagem central do texto, aquilo que o autor deseja destacar ou transmitir de forma mais enfática. Ela está frequentemente relacionada ao título, ao primeiro ou

último parágrafo (dependendo do gênero) e pode estar explícita ou implícita. Saber localizá-la é essencial para captar o sentido global do texto.

As ideias secundárias servem para complementar, exemplificar, justificar ou ampliar a ideia principal. Elas podem aparecer em forma de dados, relatos, opiniões ou análises auxiliares. Em provas de concurso, muitas vezes a dificuldade está em distinguir entre o que é essencial (a ideia principal) e o que é acessório (ideias secundárias).

Exemplo prático:

• Texto: Um editorial que discute os impactos do desmatamento.

Ideia principal: O desmatamento deve ser combatido com políticas públicas eficazes.

Ideias secundárias: Causas do desmatamento, dados estatísticos, exemplos de países com políticas bem-sucedidas.

Ponto de vista e argumentos

O ponto de vista revela a posição do autor sobre o tema tratado. Em textos argumentativos, como artigos de opinião e editoriais, ele aparece de forma explícita. Em outros gêneros, como crônicas ou entrevistas, pode ser identificado de maneira mais sutil. Reconhecer o ponto de vista exige atenção às escolhas lexicais, aos julgamentos de valor e à seleção de informações.

Os argumentos são os recursos utilizados para sustentar esse ponto de vista. Eles podem assumir diferentes formas:

- Fatos: dados objetivos e verificáveis;
- Exemplos: situações concretas que ilustram o argumento;
- Autoridades: citação de especialistas;
- Raciocínios lógicos: conexões dedutivas ou indutivas.

É comum que questões de concurso cobrem a coerência e consistência dos argumentos ou a intenção por trás de determinada escolha argumentativa.

Estrutura composicional dos gêneros textuais

A estrutura composicional refere-se à organização interna do texto, isto é, como suas partes se articulam para cumprir sua função. Cada gênero textual possui uma estrutura típica, que ajuda o leitor a antecipar o conteúdo e entender o propósito do texto.

Características dos Gêneros Textuais

– **Variabilidade e adaptabilidade:** Os gêneros textuais são variados e se adaptam a diferentes situações comunicativas, podendo surgir novos gêneros ou modificações nos já existentes.

– **Função social:** Cada gênero textual cumpre uma função social, seja informar, persuadir, instruir, divertir ou expressar sentimentos.

– **Estrutura e linguagem específicas:** Embora sejam flexíveis, os gêneros possuem características estruturais e linguísticas próprias que os identificam, como o formato, o estilo e o vocabulário.

– **Contexto e intencionalidade:** A escolha de um gênero textual depende do contexto de comunicação e da intenção do emissor, ou seja, do objetivo que se quer alcançar com o texto.

Exemplos de Gêneros Textuais em Relação aos Tipos Textuais

Os gêneros textuais podem ser classificados de acordo com o tipo textual predominante que utilizam. A seguir, apresentamos uma análise dos gêneros textuais mais comuns, associando-os aos respectivos tipos textuais:

– Gêneros Descritivos

Os gêneros descritivos são aqueles em que a descrição é a principal característica. Esses gêneros buscam retratar objetos, lugares, pessoas, sentimentos ou situações de forma detalhada, permitindo que o leitor forme uma imagem clara do que está sendo apresentado.

Exemplos de gêneros descritivos:

– **Biografia:** Texto que narra a vida de uma pessoa, apresentando detalhes sobre sua trajetória, conquistas e momentos importantes.

– **Diário:** Registro pessoal de acontecimentos do dia a dia, sentimentos e reflexões.

– **Anúncios classificados:** Pequenos textos que descrevem produtos, serviços ou oportunidades de forma objetiva e concisa.

– **Currículo:** Documento que apresenta as qualificações, experiências e habilidades profissionais de uma pessoa.

Exemplo prático de anúncio classificado: “Vende-se apartamento de 2 quartos, sala ampla, cozinha, banheiro e área de serviço. Localizado no centro da cidade, próximo a supermercados e escolas.”

– Gêneros Injuntivos

Os gêneros injuntivos visam instruir, orientar ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Eles apresentam informações de forma clara e objetiva, com o uso frequente de verbos no modo imperativo.

Exemplos de gêneros injuntivos:

– **Receita culinária:** Orienta o leitor sobre como preparar um prato, listando os ingredientes e o modo de preparo.

– **Manual de instruções:** Fornece instruções sobre como utilizar um equipamento ou produto de forma correta e segura.

– **Bula de remédio:** Informa sobre a composição, dosagem, indicações e contraindicações de um medicamento.

– **Regulamento:** Estabelece regras e normas para o funcionamento de atividades, eventos ou organizações.

Exemplo prático de manual de instruções: “Para ligar o aparelho, pressione o botão vermelho por 3 segundos. Aguarde até que o visor exiba a mensagem de inicialização. Para desligar, pressione o mesmo botão até que o visor se apague.”

– Gêneros Expositivos

Os gêneros expositivos têm como principal objetivo informar ou explicar um determinado assunto ao leitor, de forma clara, objetiva e imparcial, sem a intenção de influenciar ou persuadir.

Exemplos de gêneros expositivos:

– **Artigos científicos:** Apresentam resultados de pesquisas e estudos, explicando conceitos e teorias de forma detalhada e fundamentada.

– **Verbetes de dicionário ou enciclopédia:** Definem termos, conceitos ou informações de maneira objetiva e concisa.

– **Palestras e conferências:** Exposições orais que abordam temas específicos com o intuito de informar ou educar o público.

– **Reportagens informativas:** Apresentam fatos e acontecimentos de forma detalhada, sem emitir opiniões.

Exemplo prático de verbete de enciclopédia: “O DNA (ácido desoxirribonucleico) é a molécula que contém as informações genéticas de todos os seres vivos. Ele é responsável por transmitir as características hereditárias de uma geração para outra.”

– Gêneros Dissertativo-Argumentativos

Os gêneros dissertativo-argumentativos são utilizados quando o objetivo é apresentar um ponto de vista, discutir um tema e convencer o leitor de determinada opinião, utilizando argumentos bem fundamentados.

Exemplos de gêneros dissertativo-argumentativos:

– **Artigo de opinião:** Texto em que o autor apresenta seu ponto de vista sobre um assunto, utilizando argumentos para defender sua posição.

– **Editorial:** Texto opinativo que representa a opinião de um veículo de comunicação sobre temas relevantes.

– **Carta de opinião:** Manifestação escrita de opinião sobre um assunto de interesse público, geralmente enviada para jornais ou revistas.

– **Ensaaios acadêmicos:** Textos em que o autor explora um tema, apresentando argumentos e reflexões pessoais.

Exemplo prático de artigo de opinião: “A educação é o caminho para a transformação social. Investir em escolas, professores e em um currículo que valorize a formação crítica dos estudantes é a chave para construir um país mais justo e desenvolvido.”

– Gêneros Narrativos

Os gêneros narrativos são aqueles que apresentam uma sequência de eventos, reais ou fictícios, envolvendo personagens, tempo e espaço. Nesses gêneros, há um enredo que guia a narrativa, e o leitor acompanha o desenvolvimento dos fatos.

Exemplos de gêneros narrativos:

– **Conto:** Narrativa curta que apresenta uma história com poucos personagens e um enredo compacto.

– **Romance:** Narrativa longa e complexa que desenvolve histórias com múltiplos personagens e tramas.

– **Crônica:** Texto que retrata fatos do cotidiano, com um estilo leve e reflexivo.

– **Fábula:** História que utiliza personagens animais para transmitir ensinamentos ou lições de moral.

Exemplo prático de crônica: “No ônibus lotado, as pessoas se espremiavam para encontrar um espaço. O calor parecia derreter os pensamentos, e o tempo passava devagar, como se o relógio estivesse cansado da rotina.”

Compreender os gêneros textuais é essencial para aprimorar a capacidade de interpretar e produzir textos em diferentes contextos comunicativos. Cada gênero cumpre uma função específica e se adapta às necessidades de interação social, permitindo que as mensagens sejam transmitidas de forma eficaz. Ao dominar os gêneros textuais e suas características, o leitor e o escritor ganham habilidades que vão além do conhecimento teórico, desenvolvendo a competência necessária para se comunicar com clareza e objetividade em qualquer situação, especialmente em provas e concursos públicos.

SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES EM CONTEXTO

— Introdução

A significação das palavras é um aspecto fundamental da comunicação, sendo responsável por garantir que a mensagem transmitida seja compreendida da maneira correta pelo interlocutor. Dentro da Gramática Normativa, esse estudo é abordado pela área da Semântica, que se dedica a investigar os diferentes sentidos que as palavras podem assumir em diversos contextos.

Ao utilizarmos a língua portuguesa, as palavras não possuem um único significado; sua interpretação pode variar conforme o contexto em que são inseridas, o tom do discurso ou até mesmo a intenção do emissor. Por isso, compreender a significação das palavras é essencial para aprimorar a clareza e a precisão na comunicação, especialmente em situações formais, como em provas de concursos públicos ou na redação de documentos oficiais.

— Antônimo e Sinônimo

A compreensão de antônimos e sinônimos é fundamental para enriquecer o vocabulário e tornar a comunicação mais variada e expressiva. Esses conceitos desempenham um papel crucial na produção textual e na interpretação de textos, ajudando a evitar repetições indesejadas e a construir discursos mais coesos e precisos.

Antônimo: Palavras de Sentidos Opostos

Antônimos são palavras que possuem significados opostos ou contrários entre si. Eles são utilizados para criar contrastes e realçar diferenças em um texto, contribuindo para a clareza e a força do discurso. A habilidade de identificar e usar antônimos corretamente é uma ferramenta valiosa para quem deseja aprimorar a expressão escrita e oral.

Exemplos de Antônimos:

— **Felicidade vs. Tristeza:** A felicidade representa um estado de contentamento e alegria, enquanto a tristeza denota um estado de desânimo ou infelicidade.

— **Homem vs. Mulher:** Aqui, temos a oposição entre os gêneros, onde o homem representa o masculino e a mulher, o feminino.

— **Claro vs. Escuro:** Estes termos indicam a presença ou ausência de luz, respectivamente.

Os antônimos também podem ser úteis na elaboração de comparações e na construção de argumentos. Por exemplo, ao escrever uma redação, ao mostrar um ponto de vista negativo e depois contrastá-lo com um ponto de vista positivo, a ideia é reforçada e o texto ganha em riqueza argumentativa.

— Sinônimo: Palavras de Sentidos Semelhantes

Sinônimos são palavras que possuem significados iguais ou muito parecidos e que, portanto, podem substituir uma à outra em diferentes contextos sem alterar o sentido da frase. O uso de sinônimos é especialmente útil na produção de textos mais sofisticados, pois permite evitar a repetição excessiva de palavras, tornando a escrita mais fluida e interessante.

Exemplos de Sinônimos:

— **Felicidade:** alegria, contentamento, júbilo.

— **Homem:** varão, macho, cavaleiro.

— **Inteligente:** sábio, esperto, perspicaz.

O uso adequado de sinônimos demonstra um domínio amplo do vocabulário e a capacidade de adaptar a linguagem a diferentes contextos, o que é especialmente importante em redações de concursos públicos e exames, nos quais a repetição excessiva de termos pode ser vista como uma limitação do repertório linguístico do candidato.

A Importância dos Antônimos e Sinônimos na Produção Textual

O emprego de antônimos e sinônimos na construção de textos é um recurso estilístico que permite ao autor variar a linguagem, evitar monotonia e enriquecer a mensagem. Um texto repleto de repetições tende a se tornar cansativo e pouco envolvente para o leitor, ao passo que a alternância de termos similares e o uso de palavras opostas conferem dinamismo e elegância à escrita.

Por exemplo, ao escrever uma redação, em vez de repetir a palavra “importante” diversas vezes, o autor pode substituí-la por termos como “relevante”, “significativo” ou “fundamental”, demonstrando, assim, um maior domínio da língua e capacidade de expressão.

Além disso, a compreensão de antônimos é útil para a elaboração de argumentos. Em uma dissertação argumentativa, por exemplo, o uso de termos opostos pode reforçar ideias ao contrastar pontos positivos e negativos, facilitando a defesa de um ponto de vista.

Dicas para o Uso Eficiente de Antônimos e Sinônimos:

— **Contexto é fundamental:** Nem sempre uma palavra pode ser substituída por um sinônimo sem alterar o sentido original da frase. É essencial considerar o contexto em que a palavra está inserida antes de optar por um sinônimo.

— **Varie o vocabulário:** Ao redigir um texto, evite a repetição excessiva de palavras. Utilize sinônimos para enriquecer a linguagem e tornar o texto mais envolvente.

— **Cuidado com os antônimos parciais:** Nem sempre os antônimos possuem um sentido totalmente oposto. Por exemplo, “quente” e “frio” são opostos, mas há outros graus de temperatura entre eles, como “morno” e “gelado”.

— **Considere o nível de formalidade:** Nem todos os sinônimos são adequados para todos os contextos. Em textos formais, como redações de concursos públicos, prefira sinônimos mais formais e evite gírias ou expressões coloquiais.

O uso consciente e estratégico de antônimos e sinônimos aprimora a qualidade da comunicação, tornando-a mais eficaz, rica e adaptada ao propósito do discurso. Esses recursos, quando bem aplicados, refletem um domínio aprofundado da língua portuguesa, contribuindo para uma expressão clara, precisa e impactante.

— Hipônimos e Hiperônimos

Os conceitos de hipônimos e hiperônimos são essenciais para compreender as relações de sentido e hierarquia entre palavras na língua portuguesa. Essas relações semânticas ajudam a organizar o vocabulário de forma mais lógica e estruturada, permitindo uma comunicação mais clara e precisa.

Hipônimos: Palavras de Sentido Específico

Os hipônimos são palavras que apresentam um sentido mais específico dentro de um campo semântico. Em outras palavras, elas representam elementos que pertencem a uma categoria maior e que compartilham características em comum com outros elementos dessa mesma categoria. Os hipônimos ajudam a detalhar e a especificar a comunicação, tornando-a mais precisa.

Exemplos de Hipônimos:

— **Rosa, margarida e tulipa** são hipônimos da categoria “flores”.

— **Cachorro, gato e hamster** são hipônimos de “animais domésticos”.

— **Carro, moto e ônibus** são hipônimos de “veículos”.

Os hipônimos permitem que a comunicação seja detalhada e enriquecida, possibilitando que o falante ou escritor seja mais específico e preciso em suas colocações. Por exemplo, ao falar “Eu gosto de flores”, estamos sendo genéricos, mas ao afirmar “Eu gosto de rosas”, o sentido torna-se mais específico e claro.

Hiperônimos: Palavras de Sentido Genérico

Os hiperônimos, por outro lado, são palavras de sentido mais amplo e abrangente que englobam diversas outras palavras que compartilham características em comum. Eles representam categorias gerais nas quais os hipônimos se encaixam. Os hiperônimos permitem generalizar e agrupar informações, sendo muito úteis para resumir ideias e conceitos.

Exemplos de Hiperônimos:

— **Flores** é o hiperônimo que abrange rosa, margarida e tulipa.

— **Animais domésticos** é o hiperônimo que inclui cachorro, gato e hamster.

— **Veículos** é o hiperônimo que abrange carro, moto e ônibus.

Ao utilizar hiperônimos, é possível simplificar a comunicação e evitar repetições desnecessárias, especialmente quando queremos referir-nos a um grupo de itens ou conceitos de forma mais geral.

Diferença entre Hipônimos e Hiperônimos

A principal diferença entre hipônimos e hiperônimos reside no grau de especificidade. Os hipônimos são mais específicos e detalhados, enquanto os hiperônimos são mais genéricos e abrangentes. A relação entre hipônimos e hiperônimos é hierárquica, pois o hiperônimo está sempre em um nível superior ao dos hipônimos na cadeia de significados.

Essa relação é semelhante à ideia de uma “árvore” semântica: o hiperônimo seria o “tronco” que dá origem a vários “galhos”, que são os hipônimos. Essa analogia ajuda a entender como as palavras se conectam e organizam em campos de sentido.

Diferença entre Hiperônimos e Substantivos Coletivos

É importante não confundir hiperônimos com substantivos coletivos, pois, embora ambos indiquem uma ideia de conjunto, eles desempenham papéis diferentes na língua.

— **Substantivo Coletivo:** refere-se a um grupo ou conjunto de elementos de uma mesma natureza, como “cardume” (grupo de peixes) ou “alcateia” (grupo de lobos).

— **Hiperônimo:** é uma palavra de sentido mais amplo que engloba outras palavras com sentidos mais específicos, sem necessariamente representar um conjunto.

Por exemplo, “fruta” é um hiperônimo que abrange maçã, banana e laranja, mas não se trata de um substantivo coletivo, pois não indica um grupo de frutas. Já o termo “pomar” é um substantivo coletivo, pois se refere a um conjunto de árvores frutíferas.

A Importância de Hipônimos e Hiperônimos na Comunicação

A compreensão e o uso adequado de hipônimos e hiperônimos são essenciais para enriquecer a produção textual e a interpretação de textos. Ao empregar esses conceitos de maneira consciente, é possível variar o nível de generalidade ou especificidade da linguagem, adaptando-se ao contexto e ao objetivo da comunicação.

Na redação de textos, especialmente em concursos públicos, o uso desses termos pode demonstrar domínio da língua e capacidade de estruturar ideias de forma clara e lógica. Por exemplo, ao escrever um texto sobre “animais domésticos”, o uso de hipônimos (cachorro, gato, papagaio) permite que o texto seja mais rico em detalhes e informativo. Por outro lado, o uso de hiperônimos pode ajudar a resumir ideias e a evitar repetições, mantendo a coesão e a fluidez do texto.

Dicas para o Uso de Hipônimos e Hiperônimos:

— **Escolha o nível de especificidade adequado:** Em textos formais ou informativos, os hipônimos ajudam a fornecer detalhes importantes. Já em textos mais genéricos ou de caráter introdutório, os hiperônimos são mais apropriados.

— **Utilize hiperônimos para evitar repetições:** Quando precisar mencionar um grupo de palavras várias vezes em um texto, use o hiperônimo para evitar a repetição e tornar a escrita mais fluida.

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 E SUAS RESPECTIVAS EMENDAS

Prezado(a),

Visto que o edital não especifica o trecho da lei a ser cobrada, separamos alguns materiais importantes para você. Contudo, indicamos o estudo completo da legislação citada acima que pode ser acessada diretamente pelo site do Planalto ou por intermédio do link a seguir: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

É necessário copiar e colar o link em seu navegador

Bons estudos!

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;
VI - defesa da paz;
VII - solução pacífica dos conflitos;
VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desiguallam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;(Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir - se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo - se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar - se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do «de cujus»;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;(Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá - los, se omitirem;(Regulamento)

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;(Regulamento)

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo - lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder - se - á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder - se - á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder - se - á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder - se - á *habeas data* :

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê - lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má - fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: (Vide Lei nº 7.844, de 1989)

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data* , e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.(Regulamento)

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)(Vide ADIN 3392)